

Significados e desafios associados à vivência do desemprego e o impacto no desenvolvimento vocacional

ANA MARGARIDA MARTINS

CARLOS GONÇALVES

*Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida
Universidade do Porto*

1. Introdução

Todas as transformações políticas, económicas, sociais, culturais, técnicas e científicas têm produzido alterações e mudanças radicais no mundo do trabalho. Nos dias de hoje, a actividade profissional vai além da simples execução de uma tarefa em produção, assumindo-se como uma das fontes mais importantes e fundadoras de sentido para a vida humana (Gonçalves & Coimbra, 2002). Em consequência deste poder, quem não tem emprego parece estar condenado socialmente a uma vida dependente de outros, e mesmo que tenha um rendimento social base parece estar à margem do jogo social. A instabilidade económica, a perda de referências culturais e o avanço de novas tecnologias, pedem a reconversão de bases educativas e de percursos formativos para atender às exigências do mundo actual. Ao contrário de gerações anteriores, que não precisavam de lutar pela autonomia ou independência, hoje os indivíduos preocupam-se com a estabilidade e procuram o equilíbrio num contexto marcado por incertezas.

Este trabalho procura proporcionar um contributo para a compreensão das questões complexas levantadas pela contemporaneidade, nomeadamente o impacto que o desemprego dito estrutural e as novas formas precárias de trabalho e a ruptura do contrato social (pela responsabilização individual na criação do seu próprio emprego) tem nas trajectórias e projectos vocacionais dos indivíduos.

2. Trabalho, emprego, desemprego e os seus significados

O emprego designa o lugar que é ocupado pelos indivíduos na sociedade com o objectivo de realizar um trabalho, em troca de uma retribuição. Mais do que uma situação jurídica, define um lugar ocupado na sociedade, uma posição social. É relativamente consensual que, trabalho e emprego, são sinónimos na sociedade industrial, tratando-se de uma actividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral.

Hoje, o trabalho é um bem escasso, um bem precioso que permite a inclusão num mundo de consumo crescente, decorrente de um processo de globalização que produz homogeneização e fracturas que afectam psicológica e emocionalmente os indivíduos. Ainda assim, nas sociedades ditas desenvolvidas, o papel do trabalho tem sido considerado central no desenvolvimento da identidade social, na medida em que a actividade laboral permite ao sujeito estruturar o seu tempo, partilhar experiências e contactos sociais fora do grupo familiar, brindando ainda a possibilidade de objectivar os processos simbólicos na matriz social (Retamozo, 2005). Por tudo isto, o trabalho parece ser a base da integração social e a principal referência para o homem e a mulher na organização diária da vida. Por seu lado, o emprego é voluntário, mas institucionalmente regulado, com uma relação contratual entre duas partes, em que uma delas vende e a outra compra, usualmente por dinheiro ou por prestação de serviços. É uma relação que inclui direitos e responsabilidades nos dois lados.

O crescimento exponencial da realidade do desemprego e as implicações psicossociais que ele acarreta têm motivado, no contexto da investigação, um interesse e preocupação crescentes em torno dos significados que esta experiência reveste. Desde logo, observam-se diferenças de perspectiva no que se refere às consequências positivas ou negativas da experiência de desemprego, registando-se evidências empíricas que suportam ambas as hipóteses. Se algumas das investigações têm evidenciado que, de um modo geral, os indivíduos desempregados experienciam mais efeitos negativos do que positivos na vivência do desemprego, com impacto notório ao nível do bem-estar psicológico e social (Warr, 1987; Waters & Moore, 2002a), outras reportam os efeitos positivos ou inócuos do desemprego, particularmente condicionados por variáveis moderadoras como a insatisfação com o emprego anterior, a importância de outros papéis de vida e a proactividade no que se refere ao investimento em actividades alternativas pessoalmente significativas (Feather & Bond, 1983; Waters & Moore, 2002b).

De um modo geral, o trabalho, quer no plano individual, quer no plano social, assume uma multiplicidade de funções e de significados, a partir dos quais, cada pessoa, contínua e permanentemente, constrói e reconstrói a relação que mantém com o mundo (cf. Campos & Coimbra, 1991).

Várias são as teorias que surgem na literatura com o intento de explicar o decréscimo do bem-estar dos desempregados. A teoria proposta por Jahoda (1981) tem

dominado a investigação. Efectivamente, esta teoria baseia-se na assumption de que o trabalho pago desempenha dois tipos de funções: a função manifesta, referente à retribuição financeira decorrente o exercício de uma actividade profissional e, cinco funções latentes, designadamente a imposição de estruturação do tempo, o alargamento de experiências e de actividades desenvolvidas com regularidade fora do contexto familiar, a participação e associação a objectivos e propósitos colectivos, o estímulo à actividade e, por fim, a definição de aspectos acerca do estatuto e identidade pessoais (Jahoda, 1981, 1982).

Por outro lado, a teoria da Agência Pessoal de Fryer (*Agency Theory*) (1984; 1988) veio, de certa forma, contrapor a teoria de Marie Jahoda. Na verdade, este autor refere que Jahoda enfatiza demasiado as consequências latentes do trabalho, em detrimento das manifestas. Jahoda (1982) sugere que quando o ser humano está privado das funções latentes do trabalho, várias necessidades centrais podem ficar insatisfeitas, o que explica porque o desemprego é psicologicamente destrutivo. No entender da autora, o emprego é a maior instituição da sociedade que providencia os apoios latentes necessários para alcançar o bem-estar psicológico.

Fryer (1986) por sua vez argumenta que os seres humanos são seres activos, portanto, na situação de desemprego, a actividade é restringida. Na sua perspectiva, o indivíduo é encarado como activo e dinâmico, com competência para encetar actividades, para resolver problemas e tomar decisões, com influência no seu comportamento e com poder para arquitectar planos no futuro. Estas características tornam-se limitadas e restritas sob a condição social de desemprego (Fryer & Payne, 1986; Fryer, 1988; Paulino, 2008; Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2007).

As duas perspectivas teóricas acerca do trabalho, emprego, desemprego e bem-estar psicológico não se apresentam como mutuamente exclusivas, antes pelo contrário. Neste sentido, as duas teorias potenciam uma melhor compreensão do fenómeno do desemprego se lidas de forma interdependente e complementar.

2.1. Desenvolvimento Vocacional

Investigação mais recente (Boutinet, 1998; Dubar, 2000 cit. in Guichard & Hueteau, 2003) tem sublinhado que as carreiras profissionais correspondem menos a um desenvolvimento do que a um caos, sendo raro que elas formem uma continuidade. Deste modo, os indivíduos são confrontados com rupturas na sua vida profissional, em que a incerteza e o caos se assumem como marcas identitárias, que configuram as sociedades ditas desenvolvidas (Castells, 1996, vol I). Face a este cenário de instabilidade, escassez e precariedade do mercado de trabalho e do emprego os sujeitos encontram-se controlados pelo sublime poder social, vinculado à padronização do idêntico e do estereótipo, com pouca margem de autonomia individual (Bauman, 2005). Como

consequência, o desenvolvimento vocacional parece ser afectado, implicando a noção de incerteza, de abertura a múltiplas possibilidades, num processo contínuo de (re) construção pessoal (Coimbra, 1997/98). Esta investigação, ao visar compreender o impacto do desemprego nas trajectórias vocacionais de jovens e adultos, marcadas pela incerteza e imprevisibilidade, implicando a reconstrução das mesmas, apresenta-se, de seguida, a partir do estado da arte, o ponto de vista conceptual assumido no âmbito desta pesquisa.

Segundo Campos (1980) a trajectória que cada sujeito constrói nos quotidianos das suas vidas, na globalidade de papéis que cada história materializa, caracteriza o desenvolvimento vocacional. Isto é, dá-se a integração de todas as dimensões da existência e, assim sendo, a promoção do desenvolvimento vocacional é indivisível da promoção das diversas dimensões do desenvolvimento psicológico global.

O desenvolvimento vocacional processa-se ao longo da história de vida do indivíduo, através das relações que o sujeito psicológico estabelece com os segmentos diversificados da realidade, sob forma de encontros, experiências, contactos, questionamentos e significados, implicando a desconstrução de projectos anteriores e a reconstrução de novos investimentos (Gonçalves, 2008). Esta actividade desconstrutiva/reconstrutiva aponta para uma reconceptualização do desenvolvimento vocacional como uma narrativa que se vai escrevendo e reescrevendo no itinerário histórico social do indivíduo, nas coordenadas de “pequenos” projectos viáveis, e não como um projecto único e certo da tradicional visão linear do desenvolvimento vocacional, com as crenças a ela associadas, como o inatismo, descoberta, previsão (certeza) e racionalidade (Coimbra, 1997/98; Gonçalves, 2008). Neste sentido, o desenvolvimento vocacional assume-se como uma dimensão importante do desenvolvimento psicológico global, envolvendo a exploração do mundo da educação/formação, da qualificação e ainda da preparação para a entrada no mercado de trabalho. Ora, estas tarefas inerentes ao processo de desenvolvimento vocacional, são imprescindíveis para a realização pessoal e integração psicossocial. Maioritariamente, o desenvolvimento vocacional centra-se no impacto e interacções que os processos sociais têm sobre os projectos de formação e profissão dos sujeitos. Por outras palavras, o significado construído acerca da experiência profissional espelha e é espelhado no sistema social envolvente, uma vez que, inerentemente, o sujeito é possuidor de um sistema de constructos pessoais construídos através das experiências e histórias idiossincráticas, organizando e conduzindo a sua acção em função dos significados construídos e reconstruídos ao longo do ciclo vital (Gonçalves, 2008).

A exploração e investimento surgem como dois processos psicológicos despoletadores de reorganizações do sistema pessoal. Ou seja, a exploração e o investimento surgem como os dois processos psicológicos fundamentais que auxiliam uma compre-

ensão harmonizada do desenvolvimento vocacional. Porém, estes dois processos não devem ser entendidos de forma isolada e independente um do outro.

A perspectiva do desenvolvimento vocacional – contextualismo – encara o desenvolvimento vocacional como um processo de construção, um processo contínuo de interacção dinâmica entre a pessoa, em desenvolvimento, e os múltiplos contextos onde a pessoa vive, também eles encarados como sistemas vivos em desenvolvimento e em relação de interdependência uns com os outros, desde os mais próximos – a família, escola, os ambientes de trabalho e a comunidade – até aos mais distantes, como o regime e as políticas sociais, educativas e económicas (Vondracek, Lerner & Schulenberg, 1986). Acentua-se, nesta perspectiva, o valor atribuído aos factores culturais, relacionais e sociais, na compreensão e explicação do desenvolvimento vocacional.

A incorporação dos princípios construcionistas sociais na prática e pesquisa vocacional implica, tal como refere Peavy (1992 cit. in Taveira, 2000), adoptar uma noção abrangente do papel do trabalho na vida das pessoas e, atender, considerar e compreender de um modo mais amplo e profundo os contextos, situações e desafios particulares dos sujeitos.

3. Metodologia

O objectivo primordial da presente investigação visa avaliar o impacto dos efeitos latentes e manifesto do desemprego no desenvolvimento vocacional em jovens e adultos. Por conseguinte, definem-se como objectivos específicos:

- a) Explorar e analisar diferenças e relações entre as diferentes subescalas dos benefícios latentes e manifesto do trabalho e do desenvolvimento vocacional com variáveis consideradas relevantes como, o género e a idade, nos diferentes subgrupos;
- b) Analisar a experiência de percepção de possibilidade/privação no acesso aos benefícios associados ao trabalho no subgrupo dos sujeitos que estão actualmente a frequentar percursos formativos, no subgrupo dos desempregados que não estão a frequentar percursos formativos e no subgrupo dos que nunca frequentaram percursos formativos.
- c) Analisar as relações entre os benefícios latentes e manifesto do desemprego no desenvolvimento vocacional de jovens, dos adultos e adultos de meia-idade.

A revisão da literatura, o esforço de conceptualização e contextualização da problemática e a definição dos principais objectivos de investigação sustentaram a formulação de 3 hipóteses e 1 questão de investigação orientadoras do trabalho que aqui se apresenta e que em seguida se explanam.

Hipótese 1: Os desempregados, não integrados num percurso formativo, apresentarão níveis mais elevados de percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes (privação financeira, estruturação de tempo, estímulo à actividade, estatuto e contacto social) e níveis mais baixos de desenvolvimento vocacional (curiosidade pela carreira, cooperação na carreira, confiança na carreira, exploração vocacional, decisão para a carreira e competências) do que os desempregados integrados em percursos formativos.

Hipótese 2: Os desempregados mais jovens apresentarão níveis mais elevados de desenvolvimento vocacional comparativamente aos adultos e adultos de meia-idade.

Hipótese 3: Os homens apresentarão níveis mais elevados de privação dos benefícios manifesto e latentes do trabalho comparativamente às mulheres.

Questão 1: Haverá relação entre os benefícios manifesto e latentes do trabalho no desenvolvimento vocacional?

Variáveis e plano de observação

Atendendo aos objectivos e hipóteses anteriormente apresentados e as dimensões primordiais em estudo circunscrevem-se à percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes tradicionalmente associados ao trabalho e o desenvolvimento vocacional ou de carreira. A percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes do trabalho aparece operacionalizada em seis dimensões - a disponibilidade financeira, a estruturação do tempo, o contacto social, propósito colectivo, o estatuto e o estímulo à actividade – avaliada pela escala *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)*, adaptada e validada para a população portuguesa por Sousa-Ribeiro e Coimbra, em 2007. No entanto, no presente estudo apenas foram usadas cinco dimensões, sendo suprimida a dimensão propósito colectivo, de modo a reduzir o número de questões e tendo em conta que os objectivos de avaliação dessa subescala são os menos relevantes para o estudo em questão. Para além disto, na reflexão falada realizada os itens desta subescala, em particular, foram os que suscitaram mais dúvidas e incompreensão, talvez tendo em conta o baixo nível de abstracção e de envolvimento comunitário que os sujeitos podem eventualmente revelar.

Para avaliar o desenvolvimento vocacional ou de carreira recorreu-se à escala *Students Career Construction Inventory - SCCI-* (Savickas, 2008), adaptada e validada para a população portuguesa por Rocha, Oliveira e Azevedo, 2009. Embora, originalmente, o SCCI seja constituído por duas partes (adaptabilidade da carreira e desenvolvimento vocacional do estudante) com cinco subescalas cada, no âmbito deste estudo, por conveniência dos objectivos e necessidades do estudo e características da amostra (e.g. baixo nível de escolaridade), apenas foram utilizadas 3 subescalas da I parte (curiosidade pela carreira, confiança na carreira e cooperação na carreira) e as 3 subescalas da II parte, a saber: exploração vocacional, decisão para a carreira e competências ou instrumentalização.

Para a caracterização da amostra foram consideradas uma série de variáveis sociodemográficas, situacionais e de proactividade, condensadas num questionário macrossistémico construído, propositadamente, para o presente estudo, partindo de outros questionários já realizados sobre o domínio em análise (e.g. Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2007).

Para efeitos de recolha dos dados foram efectuados diversos contactos com instituições formativas e de integração/inserção profissional, especificamente nos Gabinetes de Inserção/Integração Profissional (GIPS), Centro de Novas Oportunidades (CNOs) e Escolas de Formação Profissional (EFP), no sentido de solicitar a sua colaboração, através da facilitação do acesso à população desejada, para a administração dos questionários. Solicitou-se, assim, a participação de indivíduos que estivessem a frequentar formação profissional, com estatuto de desempregado, de qualquer percurso formativo (apesar de controlar a variável percursos formativos anteriores), bem como indivíduos que não a frequentassem no momento.

Após terem sido contactadas as instituições, foram administrados, quer individualmente quer em grupo, os três instrumentos previstos: o questionário macrossistémico, a *Latent And Manifest Benefits-Scale (LAMB-Scale)* (Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2008) e *Students Career Construction Inventory - SCCI-* (Rocha, Oliveira & Azevedo, 2009). De referir que foram administrados questionários fora do seio das instituições anteriormente referidas, através de conhecimentos pessoais da investigadora e sob influência do *efeito bola de neve* dos participantes.

Participantes

A amostra constituiu-se por conveniência de modo a contemplar os objectivos do presente estudo. Neste sentido, a amostra é constituída por 170 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos ($M = 30.81$; $DP = 10.01$), 56,4 % (96 sujeitos) são mulheres e 43,6% (74 sujeitos) são homens, com qualificação profissional menor ou igual ao nível II e III, ou com um nível de escolaridade menor ou igual ao 9ºano e 12ºano ($M = 3.16$; $DP = 1.04$), sendo que 63,5% têm o 9ºano, 12,4 % têm menos do que o 9ºano e 24,1 % têm mais do que o 9ºano (9ºano e Curso de Qualificação Profissional II, Frequência no Ensino Secundário, Ensino Secundário Completo, Ensino Secundário e Curso de Qualificação Profissional III). Maioritariamente, os sujeitos que compõem a amostra são solteiros (50,6%), seguindo-se os casados (42,4%) e os divorciados (7,1%).

4. Apresentação e discussão dos resultados

1. Análise da relação entre a percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes do trabalho, o desenvolvimento vocacional e o envolvimento em percursos formativos.

Para analisar a hipótese 1 procedeu-se à exploração das diferenças de médias, através do teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95%. A análise dos resultados (ver quadro 4) permite verificar a existência de diferenças significativas nos níveis de percepção de privação em quase todas as subescalas da *LAMB-Scale* usadas no presente estudo, Estatuto Social, Estimulo à Actividade, Estruturação de Tempo e Privação Financeira, entre os desempregados que estão a frequentar percursos formativos e os que não estão actualmente a frequentar um percurso formativo. No entanto, não se registaram diferenças significativas na subescala Contacto Social. Quanto aos níveis de desenvolvimento vocacional, não foram encontradas diferenças significativas em nenhuma das subescalas que compõe o *SCCI*.

Efectivamente, as diferenças identificadas ocorrem no sentido esperado, sendo os indivíduos desempregados, que não estão a frequentar percursos formativos, os que apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no acesso aos benefícios latentes e manifesto do trabalho, exceptuando a dimensão Privação Financeira que ocorre no sentido oposto. Por seu turno, ao nível do desenvolvimento vocacional não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois subgrupos, equiparando-se inclusive em termos de médias.

Efectivamente, as regalias financeiras (e.g. bolsa de formação, manutenção do subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção) decorrentes do simples envolvimento em actividades formativas podem favorecer a acomodação e apatia a um estado e estatuto social dependente dos rendimentos decorrentes do mesmo. Deste modo, podem fomentar uma atitude passiva e inerte face aos comportamentos activos de procura de emprego, minimizando a oferta e procura de recursos financeiros alternativos. Por outro lado, o estar envolvido num percurso formativo pode condicionar o tempo dedicado à economia paralela, não registada, fonte de rendimentos. Em Portugal, a economia paralela representa 24,2% do produto interno bruto, demonstrando claramente o seu peso e poder nos quotidianos dos sujeitos (Gonçalves, 2010). Para além disto, o envolvimento em percursos formativos parece reduzir os níveis de percepção de privação no acesso aos benefícios latentes do trabalho, na medida em que a aprendizagem decorrente torna-se desejavelmente cúmplice das actuais necessidades do mercado de trabalho e fonte de intercâmbio de algumas das funções tradicionalmente associadas ao trabalho.

Os resultados mostram que a condição de desemprego para os sujeitos não envolvidos em percursos formativos acarreta uma menor estruturação de tempo e baixos níveis de actividade desencadeando uma percepção de baixo estatuto, confirmando, deste modo, a investigação acerca desta temática (Creed & Muller, 2003; Jackson, 1999; Underlid, 1996; Wanberg, Griffiths & Gavin, 1997; Waters & Moore, 2002a). Porém no que respeita à dimensão privação financeira, os sujeitos integrados em percursos formativos apresentam níveis mais altos de privação comparativamente aos sujeitos não integrados em percursos formativos.

De um modo geral, pode-se dizer que os desempregados envolvidos em percursos formativos vivenciam experiências positivas fora do contexto de trabalho, desenvolvendo redes sociais e pontes de comunicação que auxiliam uma significação mais adaptativa face à situação menos favorável relativamente ao emprego (Jahoda, 1982). Neste sentido, pode admitir-se que o investimento em percursos formativos pode assumir um papel compensatório das funções do trabalho ou substituição das mesmas (Caleiras, 2004).

2. Análise da relação entre o desenvolvimento vocacional e a idade

Para analisar a hipótese 2 procedeu-se à exploração das diferenças de médias, tendo-se realizado uma *MANOVA* entre grupos, a um nível de significância de $<.05$. A análise dos resultados permite verificar a existência de diferenças significativas sobre a combinação linear das dimensões do *desenvolvimento vocacional* [$F_{(12, 326)} = 2.01, p = .023$, Pillai's Trace = 0.13 ; eta quadrado parcial = 0.06]. Especificamente, foram encontradas diferenças significativas nas subescalas Confiança na Carreira e Exploração Vocacional entre os desempregados mais jovens e os adultos e adultos de meia-idade. A partir da análise dos testes *Post Hoc* as diferenças encontram-se na dimensão Confiança na Carreira, mais propriamente nos níveis mais baixos do subgrupo dos jovens em relação aos adultos e adultos de meia-idade. Por outro lado, no que respeita à dimensão Exploração Vocacional as diferenças dos subgrupos manifestam-se com valores mais baixos para sujeitos mais jovens comparativamente aos mais velhos, adultos e adultos de meia-idade.

Assim, antes de mais, torna-se imperativo perceber e trabalhar esta indisponibilidade para a exploração e usufruir do momento privilegiado do desenvolvimento dos jovens em que predominam actividades de exploração, durante o qual a sociedade lhes vai concedendo uma moratória de construção da identidade e também da sua identidade vocacional, esperando que se consigam configurar percursos vocacionais pelo investimento na formação/educação, através da qual se vão fazendo aprendizagens progressivas de como ser e como se tornar um profissional. Deve ainda salientar-se que a crescente imprevisibilidade das trajetórias profissionais nas sociedades contemporâneas (Azevedo, 1999), parece impedir um planeamento vocacional efectivo, pelo menos a médio e longo prazo. A incerteza, por um lado, e o acaso pelo outro (Betsworth & Hansen, 1996; Mitchell, Levin & Krumboltz, 1999 cit. in Santos, 2007) constituem-se como dimensões presentes e a ter em conta no desenvolvimento vocacional. Neste sentido, o aparente desinvestimento vocacional pode estar relacionado com a incerteza da entrada dos jovens no mercado de trabalho que, por consequência, adoptam um estilo de vida passivo, esperando que seja o estado providência e os pais a resolver-lhes os problemas de sobrevivência, alheando-se no assumir de responsabilidades face ao seu trajecto vocacional, ora investindo sem explorar (*identidade outorgada*),

permanecendo unicamente vinculados às expectativas das figuras significativas, a um seguidismo acrítico com medo de perder a estima dos outros, ora nem investindo nem explorando (*identidade difusa*), permanecendo desestruturados e sem direcção, não sentindo necessidade de auto-definição (Marcia, 1986 cit. in Costa, 1991).

3. Análise da relação entre a percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes do trabalho em função do género.

Para analisar a hipótese 3 procedeu-se à exploração das diferenças de médias, tendo-se realizado um *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95%. A análise dos resultados permite verificar a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres essencialmente no que respeita à dimensão privação do *contacto social*, em que os homens experienciam níveis mais elevados de privação do contacto social comparativamente às mulheres que experienciam níveis mais baixos. No entanto, a maior parte das subescalas não foram estatisticamente significativas.

Com a crescente igualdade entre homens e mulheres na participação no mercado de trabalho é natural que não se tenham encontrado diferenças estatisticamente significativas na maior parte das subescalas. Todavia, a experiência de desemprego pode ser emocionalmente mais desgastante para os homens do que para as mulheres, uma vez que estas se encontrem absorvidas pelas tarefas de casa (Kauffman & Fetters, 1980; Lahelma, 1992), passando mais tempo a fazer coisas que faziam antes, quando não estavam a trabalhar (Marcin & Wallace, 1985 cit. in Walsh & Jackson, 1995; Julkunen, 2001). Socialmente é mais aceite o papel materno como aquele que as mulheres devem dar prioridade em detrimento da realização profissional (Creed & Watson, 2003). Efectivamente, os homens quando ficam desempregados reagem com inactividade e letargia, diminuindo consequentemente os níveis de *contacto social*, actividades que podem ser fonte de recursos e apoios, materiais e interpessoais (Warr & Jackson, 1984).

4. Análise da relação entre a percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes e o desenvolvimento vocacional.

Reconhecida a validade das medidas de *percepção de privação no acesso aos benefícios* (LAMB-Scale) e do *desenvolvimento vocacional* (SCCI) para a população de jovens e adultos, importa explorar a relação que se estabelece entre estas duas dimensões que a investigação não tem posto em evidência, constituindo-se, por este facto, como a nossa principal questão de investigação. Para tal, procedeu-se inicialmente à análise do coeficiente de correlação de *Pearson*, considerando o total da amostra. Verifica-se, transversalmente, uma correlação positiva e significativa entre as variáveis da *percepção de privação no acesso aos benefícios* e as variáveis do *desenvolvimento vocacional*, sendo esta mais consistente e significativa, intra-variáveis constitutivas de cada uma das dimensões.

Comprovada a existência de uma correlação positiva entre as medidas de *percepção de privação* e o *desenvolvimento vocacional*, considerou-se pertinente explorar o peso relativo que a percepção de privação no acesso a cada um dos benefícios exerce no desenvolvimento vocacional em cada uma das suas subescalas que o operacionaliza. Para tal, realizou-se uma análise de regressão, com o objectivo de obter o valor preditivo das variáveis da escala de percepção da privação no acesso aos benefícios para as diferentes componentes que constituem no presente estudo do desenvolvimento vocacional.

De um modo geral, as dimensões do desenvolvimento vocacional que oferecem maior preditibilidade são a curiosidade pela carreira e a confiança na carreira. Assim, constata-se que a *percepção de privação no acesso aos benefícios* prediz a *curiosidade pela carreira*, permitindo explicar 11% ($R^2=0.11$, $F_{(5,164)} = 4.06$, $p<.010$) da variância deste, sendo o factor *privação no estímulo à actividade* o único que contribui significativamente para a *curiosidade pela carreira*.

Reconhece-se ainda que a *percepção de privação no acesso aos benefícios* prediz a *confiança na carreira*, permitindo explicar 22% ($R^2=0.22$, $F_{(5,164)} = 9.29$, $p<.000$) da variância desta. Os factores *privação no estatuto social*, *privação na estruturação de tempo* e *privação no estímulo à actividade* são os que contribuem significativamente para a *confiança na carreira*.

Em virtude das restantes dimensões da escala dos efeitos manifesto e latentes do trabalho terem baixo valor preditivo em relação às outras dimensões do desenvolvimento vocacional optou-se por centrar a leitura e interpretação dos resultados nas dimensões com valores mais salientes e robustos.

Apesar da *disponibilidade financeira* cumprir um papel fundamental, quer na sociedade contemporânea de consumo avivado (Bauman, 2005) quer na simplificação da realização de uma pluralidade de projectos pessoais de vida, esta não parece predizer nenhuma das dimensões que operacionaliza o desenvolvimento vocacional, nomeadamente os comportamentos de exploração, de curiosidade, ou mesmo investimentos vocacionais como se poderia esperar. Talvez este resultado possa ser explicado pelas características da amostra em questão, isto é, ao ser constituída por vários subgrupos com um tamanho reduzido, e recolhida em contextos específicos de grande vulnerabilidade social, poderemos ter-nos confrontado com indivíduos apáticos, demasiado acomodados aos benefícios sociais auferidos, como a bolsa de formação ou o RSI.

Contudo, aos resultados da regressão sinalizam que a dimensão da percepção de *privação no estímulo à actividade* é preditiva da *curiosidade pela carreira*. Estes resultados parecem sinalizar o impacto relevante que a experiência de desemprego poderá ter na vida das pessoas, porque a percepção de uma menor proactividade poderá contribuir para a emergência de apatia, passividade e resignação e despoletar uma menor capacidade de ocupar o tempo significativamente, originando depressão, inércia e aumentando os sentimentos de culpa pelo modo de ocupação do tempo com

inactividade (Jahoda, 1982). Assim, a curiosidade pelo investimento na carreira poderá ser uma estratégia proactiva para capacitar os indivíduos a lidar com a confrontação dos constrangimentos inerentes à incerteza face aos diferentes itinerários profissionais e do mercado de trabalho, minimizando os efeitos de percepção de privação aos benefícios latentes e manifestos do trabalho, concretamente ao nível da *privação do estímulo à actividade*, mantendo vivo o sentido de acção pessoal através de actividades que suscitam a exploração e o reposicionamento da sua relação de investimento com o mundo de trabalho (Azevedo, 1999).

As variáveis da privação do estímulo à actividade, a estrutura do tempo e a privação do estatuto social que contribuem significativamente para predizer a confiança face à carreira. Isto é, a ausência de trabalho poderá tornar os sujeitos mais vulneráveis privando-os de uma organização das suas rotinas do dia-a-dia, do contacto social com as suas redes de relações, podendo levá-los, inclusive, à inactividade. A actividade profissional continua a ser percebida como uma das fontes mais importantes fundadoras de sentido para a vida humana. Quem não trabalha parece estar condenado socialmente a uma vida dependente de outros, e mesmo que tenha um rendimento social base parece estar à margem do jogo social. A ideia do cidadão “produtivo” está tão enraizada nas sociedades que uma pessoa a quem seja recusado o acesso ao trabalho corre o risco de perder toda a sua auto-estima e o seu sentido de cidadania (Rifkin, 1995/1996). Como consequência, o investimento em actividades pessoalmente significativas, a partilha de situações de vida similares (e.g. frequência em percursos formativos, estar desempregado) e o sentido de confiança nos recursos pessoais para ser proactivo e procurar oportunidades para se sentir útil, mesmo em situações adversas de desemprego, poderão contribuir para um sentimento de maior integração e estruturação do indivíduo nos seus contextos de vida, facilitando a percepção de acesso aos benefícios latentes (Winefield, Tiggemann & Winefield, 1992; Creed & Macintyre, 2001; Waters & Moore, 2002b), podendo funcionar com um efeito moderador do impacto psicológico do desemprego na componente da *confiança na carreira*.

5. Conclusão

O presente trabalho de investigação, enquadrado na actual configuração económica, política e social que se autentica pela impetuosa mudança, que impõe novos desafios ao processo de integração profissional aos indivíduos desempregados com baixos níveis de escolaridade e parcas qualificações profissionais e que pressupõe alterações nas premissas do desenvolvimento e da orientação vocacional, pretende contribuir para a reflexão e a construção de significados sobre as transições em questão, procurando delinear pistas que potenciem a intervenção e que, simultaneamente, possam estimular a emergência de novos saberes no domínio da investigação.

De um modo geral, as consequências do desemprego podem ser observadas segundo dois planos, um macro global e económico e outro micro, pessoal e indulgente. Por um lado, analisando segundo o plano macro-estrutural, no âmbito do qual emergem variados temas, é evidente que a reorganização das estruturas de poder económico, a nova divisão internacional do trabalho e os agentes de competitividade, as transformações no paradigma do trabalho ou o papel protector do Estado Social, com a sequente cisão do contrato social, conduziram à desresponsabilização na garantia do direito ao trabalho, incumbindo essa tarefa para a responsabilidade individual. Por outro lado, o desemprego pode ser observado segundo o plano micro, pessoal e indulgente, ou seja, no plano concreto de vidas dos indivíduos e das suas famílias, das respectivas condições de existência, quer materiais, quer simbólicas. Deste modo, aqueles que não se moldam ao ritmo das mudanças, que não se adaptam às competências e qualificações reivindicadas pelos novos modos de produção (*o just-in-time, o out-sourcing ou a flexibilidade funcional*), aqueles que não oferecem *performances* consentâneas, que não são rentáveis nem competitivos, que não estão aptos para conviver com as novas regras impostas pelo mercado, são liquidados para a margem do sistema produtivo, avolumando os números do desemprego. Efectivamente, são as próprias circunstâncias de inserção e de participação na vida social dos indivíduos e das famílias, pela via do trabalho, que são postas em causa, com as consequências que daí perpassam, nomeadamente na relação mantida com a sociedade e na construção da própria identidade.

Na verdade, a experiência do desemprego vivida pelo indivíduo no orbe social e económico contamina necessariamente a esfera da sua vida privada e familiar. Assim, a ausência de emprego, especialmente se for prolongada, origina uma panóplia de efeitos que não podem ser circunscritos à simples dimensão material do rendimento, do consumo, como confirmou o presente estudo. Também os efeitos no domínio do simbólico são tidos em consideração, como a quebra na criação e manutenção de vínculos sociais, mudanças no estilo de vida, no estatuto social, na forma como se é visto e reconhecido pelos outros ou mesmo nas novas relações de dependência estabelecidas. Pode-se assegurar que na medida em que aumenta a precarização, na medida em que a insegurança se difunde, na medida em que se multiplica o desemprego, enfim, na medida em que o trabalho assalariado penetra a crise, entra também em crise toda a estabilidade e linearidade que lhe havia estado associada no passado. Com efeito, a precarização, a incerteza dos postos de trabalho e, principalmente, o desemprego, estão a constituir-se como tendências da dinâmica social da sociedade portuguesa actual, assumindo, por essa via, novas formas de exclusão, decorrentes da percepção de privação dos benefícios sociais (latentes) funcionalmente associados ao emprego e à contribuição (manifesto). Desta forma, proclama-se o questionamento de uma pluralidade de valores socialmente construídos, nomeadamente em relação à educação, à formação e ao trabalho, o que faz precaver a necessidade de que tanto os indivíduos, como as instituições e a inerente

sociedade efectuem novas aprendizagens que lhes permitam lidar, de modo construtivo, com as mudanças e desafios que se lhes colocam no contexto actual. Sem dúvida que o mercado de trabalho não se encontra em expansão, pelo contrário, presentemente encontra-se em contracção, deixando grande parte daqueles que procuram emprego de fora, pendendo a evidenciar-se uma coerência discursiva que faz transferir o social para o individual, a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos que experienciam o estatuto de desempregado. Ou seja, tentam-se procurar nas virtudes individuais e nas qualificações de cada um, as razões pelas quais alguns são empregáveis e outros não, uns conseguem empregar-se e outros não. Neste sentido, o conceito de empregabilidade tem vindo a ganhar cada vez mais relevância no discurso político e académico. Porém, esta tendência é considerada simplificadora ao resumir o fenómeno complexo do desemprego à escala do indivíduo, traduzindo uma desresponsabilização social/comunitária, escamoteando as dinâmicas plurais, complexas e turbulentas do mercado de trabalho, bem como responsabilizando, em absoluto, o desempregado pela sua própria condição, de tal forma que pode inclusivamente tornar-se estigmatizante.

Realmente, se o trabalho tem assumido um valor fundamental de elo social dos indivíduos e de facilitador de acesso (considerado ainda privilegiado) a uma série de dimensões da experiência psicológica, importa, num contexto em que ele falta, descortinar formas alternativas de acesso a essas dimensões e que possam ser socialmente valorizadas. Assim, impõe-se a promoção da reflexão e a reconstrução dos valores do individualismo e da competitividade que se constituem, presentemente, como *ex-líbris* das sociedades ocidentais. Ressalve-se em, em contextos privilegiados, podem ter a possibilidade de auxiliar o sucesso individual, no entanto, podem também conduzir forçosamente à fragilização das redes de apoio sociais e dos vínculos sociais que podem favorecer a interacção e a integração em contextos de crise e desestruturação. Com efeito, a existência de novas formas de realização pessoal e da assumpção de novos papéis enriquecedores que representem momentos privilegiados de manutenção da relação do indivíduo com o mundo e da materialização do acesso a dimensões psicológicas importantes para a manutenção do bem-estar individual e para o desenvolvimento social e vocacional, torna-se um objectivo para os indivíduos da sociedade actual. Neste sentido, o desígnio basilar da educação e a formação deve ser, não apenas do desenvolvimento de competências profissionais articuladas com as carências do mercado de trabalho, mas principalmente a promoção do desenvolvimento pessoal e social do indivíduo a distintos níveis, capacitando-o para a aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento de competências de adaptabilidade e de empreendedorismo que lhe permitam lidar construtivamente com a instabilidade que caracterizará o seu percurso profissional e com os desafios que encontrará na relação com a sociedade e na concretização dos seus projectos de vida.

No presente estudo, é visível que o estar envolvido num percurso formativo ou ter frequentado um percurso formativo tem um impacto positivo, quer na vivência

mais positiva do desemprego, quer na adaptabilidade à carreira e atitudes de acção e resposta vocacional. Ou seja, a educação e formação parece ter proporcionado aos seus actores oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, de posicionamento crítico e activo no processo de aprendizagem, na construção de projectos vocacionais e na participação social, excedendo a simples transmissão de informação e abandonando a concepção estática e desajustada de apropriação de um conjunto de saberes profissionais. Posto isto, trata-se de não extrair do trabalho e da qualificação o seu indispensável valor pessoal e social enquanto contextos de compromisso e realização, mas de permitir o desenvolvimento de (novos) investimentos, compromissos e competências que possibilitem uma interacção mais ajustada ao actual contexto de labilidade e mudança. Efectivamente, é peremptório flexibilizar e alargar a perspectiva acerca do desenvolvimento vocacional, encarando-o como uma narrativa que cada indivíduo vai (re) construindo e significando ao longo dos seus percursos de vida e assumindo como objectivo elementar a configuração de pequenos projectos realizáveis e pessoalmente ajustados e propositados, favorecendo, deste modo, a gestão e implementação de múltiplas trajectórias vocacionais, ao invés da construção de um grande e único projecto de vida, facilmente inviabilizáveis no tecido social contemporâneo.

Implicações para a intervenção psicológica e vocacional junto de desempregados

Para finalizar este estudo, um importante contributo consiste em explorar algumas questões sobre a intervenção psicológica e vocacional com desempregados, delineando-se assim alguns eixos estruturantes.

Primeiramente, é importante referir que a experiência do desemprego é idiosincrática, influenciada por múltiplos factores de ordem macro sistémica e micro sistémica, tendo, assim, a intervenção psicológica de passar por uma avaliação única e particular do indivíduo desempregado, de modo a construir projectos de intervenção significativos e ajustados a cada realidade subjectiva.

Neste sentido, a intervenção psicológica e vocacional desenvolvida com desempregados de baixa escolaridade ou poucos níveis de qualificação profissional deve, por conseguinte, intencionalizar um esforço de capacitação e responsabilização progressiva no sentido da construção, gestão e implementação de projectos vocacionais da sua autoria, contextualizados, flexíveis e que articulem investimentos e compromissos em diferentes contextos de vida, equilibrando o socialmente possível com o pessoalmente desejável. Para tal, é fundamental que os indivíduos possam desenvolver e mobilizar competências de exploração que lhes permitam compreender a estrutura actual do mercado de trabalho, assim como as possibilidades, constrangimentos e desafios que aquele prefigurarà face à configuração, concretização e gestão de projectos vocacionais,

contribuindo para uma projecção no futuro e uma orientação para a acção dotadas de maior realismo. Na verdade, acabaram-se os tempos das carreiras profissionais estáveis e entramos na era dos itinerários profissionais imprevisíveis. Das trajectórias balísticas aos voos de borboleta, assim se cava um fosso, cada vez mais abismal, entre estilos de traçar identidades pessoais.

Colateralmente, revela-se útil promover a reflexão e a (re) significação do trabalho, em termos das funções psicológicas, favorecendo o seu reposicionamento nestes contextos e a valorização do desempenho de outros papéis sociais que não o de trabalhador, redireccionando e avultando outras competências, papéis e características positivas do desempregado.

Torna-se, conjuntamente, fundamental apoiar os desempregados na estruturação do seu tempo, incentivando-os e desafiando-os para a identificação e realização de actividades pessoal e socialmente valorizadas que impliquem a mobilização e a valorização de competências pessoais, nomeadamente em contextos de interacção e de participação social. Urge, assim, a promoção do contacto interpessoal com indivíduos experienciando uma situação comum (por exemplo, intervenção em grupo), de modo a desenvolver redes sociais de apoio e a construir momentos de aprendizagem baseados nas experiências de acção; a promoção de um maior sentido de segurança e competência para o envolvimento futuro em experiências de acção e contacto com o mercado de trabalho mais adequado e eficiente; a desconstrução de eventuais posturas de desânimo aprendido; a valorização da experiência de vida, das competências transversais desenvolvidas em diferentes contextos e das respectivas multi-potencialidades; o combate a eventuais situações de isolamento social; ou seja, através do alargamento das redes sociais de apoio e da oportunidade de executar actividades pessoalmente compensatórias, que facilitam a mobilização de competências desenvolvidas e socialmente valorizadas, potenciar-se-á o *empoderamento*, a melhoria da auto-confiança e a percepção de acesso a uma série de categorias de experiência psicológica, relevantes na vivência desta transição; o desenvolvimento de estratégias de comunicação mais assertivas, de uma maior participação, assim como o desenvolvimento de competências de resolução de problemas, tomada de decisão e trabalho em equipa. Enfim, incrementar o desenvolvimento holístico e duradouro de uma postura reflexiva no planeamento, avaliação e melhoramento das estratégias pessoais a adoptar no desenvolvimento da carreira e no aperfeiçoamento da condição de empregabilidade.

A par, interessa promover a tomada de consciência relativamente à flexibilização das relações entre formações, profissões e empregos e a aquisição de competências de empregabilidade e de gestão de carreira que capacitem os indivíduos para lidarem de forma mais adequada com a nova estrutura de oportunidades e de constrangimentos sociais. Com este tipo de população, que ingressou cedo no mercado de trabalho, cortando os laços com a formação, será peremptório abordar as questões ligadas à

imprescindibilidade da aprendizagem e formação ao longo da vida e de como, nos dias de hoje, pode ser profícua num processo de confrontação com as consequências psicossociais do desemprego, vincando um papel compensatório das funções latentes associadas ao trabalho.

A intervenção psicológica com desempregados deve, portanto, posicionar-se na perspectiva mais abrangente de desenvolvimento vocacional que considera o trabalho e a formação como contextos de compromisso que se situam, entre outros, igualmente valorizáveis e que convém serem mobilizados no processo de reconstrução das narrativas vocacionais. Atendendo a que nos encontramos numa fase de *(in) certeza face ao futuro*, em que as imprevisibilidades do mercado de trabalho são uma realidade, importa compreender que o investimento no campo da educação, por parte dos poucos escolarizados (não exclusivamente), pode constituir-se como uma mais-valia para os indivíduos em termos profissionais e, sobretudo, pessoais. Devemos assim dar atenção à dimensão vocacional, entendida como parte do desenvolvimento psicológico, a qual se insere num processo de construção histórico-social, onde o projecto vocacional é construído pela transacção existente entre a realidade intra-individual e a realidade extra-individual, ocupando diversos momentos de tomada de decisão e estando intrinsecamente relacionado com a identidade pessoal (Campos, 1980). O investimento em actividades formativas e de aprendizagem (não negligenciando o facto de que todos os contextos de investimento poderem constituir-se como contextos de aprendizagem) configura para a generalidade dos desempregados oportunidades tanto de aprofundamento de conhecimentos, como de progressão profissional, muitas vezes inscritas nos próprios projectos pessoais. Portanto, a formação e a aprendizagem assumem-se como importantes dimensões na configuração de vida dos indivíduos. Primordialmente, estas são concebidas como oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, bem como enquanto facilitadores da concretização de projectos vocacionais, não se reduzindo e circunscrevendo a meras ferramentas de acesso a oportunidades de trabalho.

6. Bibliografia

- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta: escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições Asa.
- Bauman, Z. (2005). *Trabajo, consumismo y nuevos pobre*. Barcelona, Ed. Gedisa.
- Caleiras, J. (2004). *Globalização, trabalho e desemprego: trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento*. VII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra.
- Castells, M. (1996/2002). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura – A sociedade em rede*, vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Campos, B. (1980). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, 195-230.

- Campos, B. P. & Coimbra, J. L. (1991). Consulta Psicológica e Exploração do Investimento Vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11-19.
- Coimbra, J. L. (1997/98). O meu “grande” projecto de vida e os meus “pequenos” projectos: linearidade ou recorrência no desenvolvimento vocacional e as suas implicações educativas, *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13-14, 15-19
- Coimbra, J. L. & Fontes, M. (2005). Empreendedorismo e gestão de carreira. *Revista Formar*, 51, 3-8.
- Collin, A. (2006). Conceptualising the family-friendly career: The contribution of career theories and systems approach. *British Journal of Guidance & Counselling*, 34, 295-307.
- Costa, M. (1991). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Braga: Barbosa e Chavier, Artes Gráficas.
- Creed, P. A. & Macintyre, S. R. (2001). The relative effects of deprivation of the latent and manifest benefits of employment on the well-being of unemployed people. *Journal of Occupational Health Psychology*, 6 (4), 324-331.
- Creed, P. & Watson, T. (2003). Age, gender, psychological well-being and the impact of losing the latent and manifest benefits of employment in unemployed people. *Australian Journal of Psychology*, 55 (2), 95-103.
- Feather, N. T. & Bond. (1983). Time structure and purposeful activity among employed and unemployed university graduates, *Journal of Occupational Psychology*, 56, 241-254.
- Fryer, D. (1986). Employment deprivation and personal agency during unemployment: A critical discussion on Jahoda's explanation of psychological effects of unemployment, *Social Behaviour*, 1, 3-23.
- Fryer, D. (1995). Benefit agency? Labour market disadvantage, deprivation and mental health, *The Psychologist*, 265-272.
- Fryer, D. & Payne, R. (1986). Being unemployed: a review of the literature on the psychological experience of unemployment. In C. L. Cooper & I. Robertson (Eds.). *International Review of Industrial and Organizational Psychology* (pp. 235-277). New York: Wiley.
- Fryer, D. (1988). The experience of unemployment in social context. In S. Fisher & J. Reason (Eds.). *Handbook of life stress, cognition and health* (pp. 211-238). Great Britain: John Wiley & Sons.
- Guichard, J. & Huteau, M. (2003). *Psicologia da orientação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gonçalves, C. & Coimbra, J. L. (2002). *Significados construídos em torno da experiência profissional/trabalho*. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Formação Norte de Portugal/Galiza: Integração das Políticas e Sistemas de Educação e Formação – Perspectivas e Desafios. Porto: Acedido em Junho de 2008 em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/imprimir.php?codigo=A0119>.

- Gonçalves, C. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação vocacional dos filhos*. Lisboa: Coleção de Textos Universitários da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Gonçalves, N. (2010). *A Economia não registada em Portugal*. Tese de Mestrado em Economia. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Jackson, T. (1999). Differences in psychological experiences of employed, unemployed and student samples of young adults. *Journal of Psychology*, 133, 1, 49-60.
- Jahoda, M. (1981). Work, employment and unemployment. Values, theories and approaches in social research. *American Psychologist*, 36, 2, 184-191.
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment: a social-psychological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jahoda, M. (1992). Reflections on Marienthal and after. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 65, 355-358.
- Julkunen, I. (2001). Coping and mental well-being among unemployed youth – A northern European perspective, *Journal of Youth Studies*, 4, 261-278.
- Kauffman & Feters (1980). Work motivation and job values among professional men and women: A new accounting. *Journal of Vocational Behaviour*, 17 (3), 251-262.
- Lahelma (1992). Unemployment and mental well-being: Elaboration of the relationship. *International Journal of Health Sciences*, 22, 261-274.
- Nurmi, J., Salmela-Aro, K. & Ruotsalainen, H. (1994). Cognitive and attributional strategies among unemployment young adults: a case of the failure-trap strategy, *European Journal of Personality*, 8, 135-148.
- Parada, F. & Coimbra, J. L. (1999/2000). Sentidos e significados do trabalho no contexto de uma realidade em transformação: o desemprego e as dificuldades de integração profissional dos jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 47-57.
- Paulino, A. (2008). *(Des)qualificar-se para o trabalho, (re)formar-se no desemprego: Vivências dos jovens adultos diplomados com qualificação superior na transição para o (des)emprego*. Tese de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Retamozo, M. (2005). *Trabajo, subjetividad y acción: desempleo, sentidos y acción colectiva*. Comunicação apresentada no VII Congresso de ASET. 7.º Congresso Nacional de Estudios del Trabajo. Acedido em Julho de 2009 e disponível em <http://www.aset.org.ar>
- Rifkin, J. (1995/1996). *O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Rocha, M., Oliveira, E. D., & Azevedo, J. (2009). *Adaptação do Students Career Construction Inventory à população universitária portuguesa*. Manuscrito cedido pelos investigadoras.

- Santos, P.(2007). *Dificuldades da escolha vocacional*. Coimbra: Edições Almedina.
- Savickas, M., & Super, D. E. (1996). The life-span, life-space approach to careers. In D. Brown, L. Brooks, & alt. (Eds.), *Career choice and development*. San Francisco: Jossey-Bass, 121-178 .
- Sousa-Ribeiro, M. & Coimbra, J. (2007). *O papel da orientação profissional na promoção da aprendizagem ao longo da vida junto dos trabalhadores seniores*, Comunicação apresentada no IX Congreso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para el Trabajo “Desafíos y soluciones desde la Orientación Profesional para la certificación de la competencia profesional”, Santiago de Compostela.
- Taveira, M. (2000). *Exploração e desenvolvimento vocacional de jovens: estudo sobre as relações entre a exploração, a identidade e a indecisão vocacional*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Underlid, (1996). Activity during unemployment and mental health. *Scandinavian Journal of Psychology*, 37 (3), 269-281.
- Vondracek, F., Lerner, R. & Schulenberg, J. (1986). *Career development: a life-span development approach*. Hillsdale, NJ: Erlbaum Associates.
- Walsh, S. & Jackson, P. R. (1995). Partner support and gender: Contexts for coping with job loss, *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 68, 253-268.
- Wanberg, C., Griffiths, R. & Gavin, M. (1997). Time structure and unemployment: A longitudinal investigation. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 70, 75-95.
- Warr, P. (1987). *Work, unemployment and mental health*. Oxford: Clarendon Press.
- Warr, P. & Jackson, P. (1984). Men without jobs: Some correlates of age and length of unemployment. *Journal of Occupational Psychology*, 57, 77-85.
- Waters, L. & Moore, K. (2002a) Reducing latent deprivation during unemployment: the role of meaningful leisure activity. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 75, 15-32.
- Waters, L. & Moore, K. (2002b) Predicting self-esteem during unemployment: the effect of gender, financial deprivation, alternate roles, and social support. *Journal of Employment Counseling*, 39, 171-189.
- Winefield, A. H., Tiggemann, M. & Winefield, H. (1991). The psychological impact of unemployment and unsatisfactory employment in young men and women: Longitudinal and cross-sectional data, *British Journal of Psychology*, 82, 473-486.